

Os arts. 781 e seguintes do Cod. Civil permitem a
pendor agrícola, pelo prazo de um anno prorrogavel
por seis mezes, podendo ser objecto de pendor:
maquinas e instrumentos aratorios ou de locomocao,
colheitas pendentes ou em via de formacao no anno
do contracto; frutos armazenados, em ser ou
ben feiados; laticios cozidos ou materias de laticios
preparadas para o corte; annos de servico
ordem de estabelecimento agricola.

III

jurisdições para conflitos individuais, com adaptação
 processual aos coletivos. Os tribunais industriais alle-
 maes são creados pela autoridade municipal e
 compõem-se de um presidente e de um ou mais
 vice-presidentes e de assessores cujo numero não
 pode ser inferior a 4. Seu mandato é um anno
 ou menos. Os assessores são eleitos em numero
 igual pelos patrões e operários. Nas questões
 de valor superior a 100 marcos, poderá haver
 appealação para um tribunal common.

Tem competência para decidir os litígios entre patrões
 e para estabelecer com conciliação ou arbitragem,
 e se em virtude de accordo dos interessados
 pode intervir em conflitos coletivos. Funciona
 do como organo de conciliação e arbitragem
 e é completado por honrosos e congruos dos opera-
 rios e patrões, em numero igual designados pelos
 interessados. Nos conflitos coletivos as decisões
 do Tribunal não tem execução forçada.

O regimen em vigor na Italia pela lei de
 1893 foi inspirado da lei italiana.

Instituições arbitraes para conflitos coletivos.

Os Concilhos privados de conciliação e arbitragem,
 Typo Mondella e Kettle, resultaram de accordos
 amigaveis entre patrões e operários, sem vigorar

official e são compostos de um numero igual de patrões e operarios. Os Kettle são presididos por um arbitro, ordinariamente um magistrado. No lado desses Conselhos funcionam um certo numero de conselhos de conciliação de districts, comprehendendo 28 membros, com o que foi formado em Londres em 1850. Compõe-se de 12 patrões, 12 operarios, 2 membros do Parlamento, um presidente e um vice.

A lei de 10 de Novembro de 1909 instituiu a Industrial Court, composta de pessoas independentes e de representantes em numero legal de patrões e operarios, todos nomeados pelo Ministro do Trabalho, com sede em Londres mas com a faculdade de dar audiencias nas principais cidades do Reino. Estabelece como arbitros em todos os conflictos industriais, que sejam submettidos ao seu embargamento pelo Ministro depois de uma entenda entre as partes.

Nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos ha os tribunales voluntarios organizados pelos interesses dos reconhecidos pelo Estado, sob certas condições e os Conselhos Officiais de Arbitragem instituidos pela lei. As decisões do primeiro sobre a legis individual se adquirem autoridade depois de registrados pelo tribunal

ordinário da circunscrição. Compõe-se ordinariamente de 3 membros designados pelo governo - um patrão, um operário e um terceiro designado pelos dois primeiros.

Dinamarca. Instaura dois organismos: um concílio permanente designado por dois anos pelo Ministro do Interior e um tribunal permanente de arbitragem, composto de 12 membros - 6 designados pelas associações de empregadores, 6 pela federação dos sindicatos de operários - sem presidente um vice e um secretário nomeados pelo Governo. Tem competência para estatuir sobre os conflitos colectivos, quanto em virtude de comunicações das partes são-lhe de direito, e sobre a violação de contratos colectivos e trabalhos que lhe forem comunicados e sobre uma acção de perdas e danos resultantes de greve ou de lock out.

Arbitragem obrigatória.

Nova Zelândia. Conselho de Conciliação de Disputas, composto de um número impar de membros (2 ou 4 nomeados pelas Unions registradas de patrões e operários e um presidente eleito a partir dos profissionais, escolhido pelos estatutos das Unions). O Conselho, antes de emitir o seu parecer, procede com o concurso de um agente, nomeado pelo governo, a um in-

VI

querito propostos sobre os elementos de litigio. Se as duas partes não se conformarem com o parecer do Conselho, o litigio será submetido a Corte Central de Arbitragem, composta de 3 membros nomeados por 3 annos pelo governo - 2 designados por elle sob a apresentação das União patronaes e operarias, o terceiro, presidente escolhido pela Corte Suprema.

Em quanto o litigio não for decidido toda a greve ou lock-out são prohibidos sob pena de multas muito elevadas. A sentença da Corte é definitiva e obrigatoria e sua violação sujeita a ^{uma} pena fixada pela Corte e que pode chegar a 500 libras.

Na Suecia as funções de conciliador ou arbitro são dadas a um magistrado ou juiz escolhido pelo Governo entre os juizes de Corte Suprema. As sentenças deste são rigorosamente sancionadas com penas de prisão e multa. As greves e lock-outs são prohibidos. Conflitos entre brancos sobre um ponto qualquer do Commonwealth sustinhamos desde que o conflito interessa emi ou mais Estados.

Na Suisa as greves e lock-outs são prohibidos sob certas sanções penaes. Conciliação por base de ante o Conselho d'Estado e arbitragem obrigatoria, pelo Conselho Central dos prud'hommes, com delegados patronaes e operarios